



As memórias do regime militar sob a perspectiva de um centenário jornal mineiro, o Lavoura e Comércio de Uberaba

EUSTÁQUIO DONIZETI DE PAULA*

Resumo: A publicação é o resultado da pesquisa em andamento de doutorado pela UNESP e visa compreender os sentidos discursivos que estavam vinculados ao período do golpe militar de 1964 e a consolidação do Estado discricionário no Brasil, através das publicações do centenário periódico do interior mineiro, o tradicional jornal Lavoura e Comércio, tendo como *locus* a cidade de Uberaba. Se o final dos anos de 1950 e o início da década de 1960 foram marcados por interessantes transformações na vida social, cultural e política do país, a implantação do golpe militar em 1964 e o advento do AI-5 representaram um período de cerceamento ao pensamento libertário e ao acesso à informação com autonomia e liberdade. Após três décadas de redemocratização, ainda um processo em construção, marcas e traumas da época ditatorial ainda persistem no país. Diante dessas possibilidades de reflexão, passados cinquenta anos do golpe militar, as publicações difundidas nos meios de comunicação remetem ao campo da necessidade de preservação da memória e com o aparato teórico metodológico da História Política, procura-se desenvolver uma investigação de forma a analisar as relações postas entre imprensa e poder durante o período compreendido entre 1964 a 1974.

Palavras-chave: Regime militar, imprensa, memória.

Com a renovação da história política, a partir dos anos 70 e 80 do século passado, a utilização da imprensa entre os pesquisadores, seja como objeto ou fonte de pesquisa, tem-se ampliado consideravelmente e consolidado como instrumento admirável para a produção e preservação da memória no campo de investigação das ciências sociais.

A influência dos veículos de comunicação na contemporaneidade, seja qual for a plataforma midiática, ampliou-se com o fenômeno da mundialização e o maior acesso à informação nas sociedades democráticas. Nesses tempos, a imprensa se tornou uma indústria poderosa de informação com papel privilegiado de formadora cultural de opinião. No entanto, há que ressaltar que seu lugar é essencialmente político, uma vez que as matérias veiculadas são um evento discursivo comprometido com as influências dos mais diversos domínios da sociedade, pois seus textos, opiniões, conceitos e apreciações são carregados de

* Doutorando em História pela UNESP/Franca-SP – Professor do IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro/Uberaba-MG



intencionalidades dos proprietários, editores, colunistas, leitores, anunciantes e demais financiadores. Ao selecionar, recortar e silenciar, processar e divulgar as informações levadas

ao público, enfim, ao fazer suas escolhas, torna-se necessário desvelar as tendências políticas e ideológicas estabelecidas em suas publicações, uma vez que, em geral, a imprensa não é independente, apesar de procurar evidenciar uma imagem de que é comprometida apenas com seu público.

A análise do discurso dos profissionais da imprensa permite ver além das aparências, as linhas e as entrelinhas, de forma a detectar nos editoriais e demais matérias veiculadas não só os conteúdos conscientes, mas também os inconscientes, as publicações que interessam ser postas em destaque, o espaço e o local despendidos para aquela temática que coaduna com os seus interesses maiores e também as notícias que consideram e julgam que devem ser suprimidas e esquecidas, enfim, buscar os sentidos implícitos, os imaginários¹ e as representações² para a apreensão das condições de produção de seus discursos. Não obstante, o pesquisador, ao utilizar estes arquivos, como um recurso para seus estudos, deve ter a habilidade para compreender que o discurso da mídia não é neutro. Destarte, distinguir e avaliar a sua linha editorial e os textos de seus jornalistas, articulistas e demais colaboradores, conhecer a que público é direcionado e a que grupos empresariais estão atrelados são essenciais para não comprometer a idoneidade da pesquisa. Para realizar uma melhor análise do acervo documental nos arquivos da imprensa, deve-se atentar para as necessidades de se pensar na subjetividade das fontes, pois elas representam a visão da elite da época, são mediatizadas (BURKE 1992). Ao expressar conceitos e opiniões de seus proprietários e demais colaboradores e financiadores, “a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social” (CAPELATO, 1988: 21). Esta autora ainda afirma que ao usar os jornais como fonte primária de pesquisa, espera-se que seu valor esteja no fato de que sua função não é apenas repassar informações, mas, em produzir acontecimentos com uma compreensão do mundo, acrescida de subjetividade, interesses e intenções aos quais os

¹O imaginário é um conjunto de símbolos, conceitos, memória e imaginação de um grupo de indivíduos pertencentes a uma determinada sociedade. A sensibilização desses grupos sociais em relação a esses símbolos e valores compartilhados reforça o sentido da existência da vida em comunidade. “Através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; [...] corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu ‘território’ e as suas relações [...] com os ‘outros’; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados” (BACZKO 1984: 309).

²As representações são elementos de transformação do real e que dão sentido ao mundo. A construção deste sentido ou simbolismo social não ocorre dentro de uma liberdade absoluta, pois as representações se sustentam nas condições reais da existência, ou melhor, as ideias possuem um mínimo de concreticidade do cotidiano para que tenham aceitação social. As percepções que os indivíduos estabelecem em relação aos acontecimentos que ocorrem em seu meio são denominadas de representações. Identificar como o indivíduo e a sociedade percebem a realidade é essencial para a compreensão da ação política (CHARTIER, 1990).

veículos de comunicação estão vinculados e comprometidos. E Barbosa acrescenta: “a memória é parte essencial do trabalho jornalístico porque, através dela, o profissional seleciona constantemente elementos para construir a história do passado e fixar o que deve ser lembrado no futuro” (BARBOSA, 2005: 108). Nesse sentido, há que se estabelecer uma aproximação entre o texto e o contexto:

[...] buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social (CARDOSO e VAINFAS, 1997: 540).

Nesses termos, é essencial ao historiador, que pesquisa a imprensa, dialogar com o campo da linguística para compreender que ao analisar a estrutura de um texto deve-se ler o contexto sociopolítico e cultural envolvido e a partir disto abranger as construções e intenções presentes no discurso. Com essa perspectiva, determina o que pode, o que deve e o que não convém ser publicado. Nessa vicissitude de tensões, a imprensa:

[...] desempenha uma função essencialmente política, mediante a utilização de dispositivos sutis, entre os quais contam: a apresentação, em tom aparentemente imparcial, de fatos positivos ou negativos a respeito de ideias, de instituições ou de indivíduos; a ordenação hierárquica de notícias; a supressão de uma matéria ou sua inserção truncada; a escolha do trecho de um discurso a ser relatado e a forma como se dá esse relato. Dispositivos que sustentam, estrategicamente, a valorização ou o menosprezo de fatos (BENITES, 2002: 12).

As recentes rememorações dos cinquenta anos do golpe de 64 trazem para o debate uma visão do passado que reflete os projetos e os anseios para o futuro do país. No rastro dessas possibilidades de reflexão, as publicações de editoriais, notícias e artigos difundidos nos mais variados veículos de comunicação durante as rememorações remetem ao campo de preservação da memória que ganha espaço nos discursos, tanto dos que protestaram quanto dos que comemoraram o evento dos cinquenta anos do golpe que implantou a mais longa ditadura militar do país. As rememorações tornaram-se instrumentos do jogo político dos setores ideológicos em disputa que desejam manter vivas as suas memórias no presente e para a posteridade. Nessa perspectiva, a lembrança dá substância à memória do que é substancial para tentar construir uma imagem sobre a trajetória de vida a partir do que é, do que foi e do que será, ou seja, a relação entre as vivências do passado, as práticas do presente e os projetos para o futuro. Diante dessa análise do discurso é possível perceber os aspectos que envolvem a construção da memória que se apoia em estratégias diversas como ritual de consolidação das

identidades dos grupos, sejam elas as comemorações e a exaltação das realizações do governo militar, por parte dos simpatizantes e saudosistas do regime de exceção, ou mesmo daqueles que fizeram oposição ao modelo discricionário e realizaram protestos com mobilizações e reivindicações de reparações dos crimes e abusos cometidos pelos detentores do poder durante o período ditatorial e exigem punições aos torturadores. Passadas três décadas do final do regime de exceção ainda há um ressentimento de ambas as partes. Mas, torna-se essencial trazer a público essas histórias que ainda estão no subterrâneo do passado recente brasileiro, pois não podem pertencer somente às tristes memórias daqueles que foram atingidos, uma vez que decorrem de atos praticados por agentes públicos e devem ser, portanto, de domínio público. Assim, os arquivos militares devem ser abertos aos pesquisadores para a superação dessa triste página de nossa história e para a construção do processo democrático no país.

Nesse sentido, a memória não é simplesmente reminiscências e avaliações de uma experiência individual ou isolada, pois a memória individual está inserida na memória social, que corresponde aos grupos e às categorias sociais nos quais eles se incluem (BOSI, 1994). A memória não é tão somente uma manifestação da individualidade, destarte, as memórias privadas orientam “a compreensão dos sistemas de representação que um grupo faz, não apenas de si mesmo, mas, sobretudo, dos outros e da configuração histórica e social em que se acha inserido” (ELIAS, 2001: 120).

Passado meio século da ocorrência do golpe militar de 1964, este acontecimento ainda é uma lembrança delicada na memória dos que viveram esse período nebuloso, principalmente para aqueles que sofreram abusos de crimes de tortura. No tocante às violações dos direitos humanos, os acontecimentos trágicos são relevantes para a memória, que também podem se enraizar pelo sofrimento compartilhado das tragédias coletivas (CANDAUI, 2011). E as narrativas denotam que ainda estão distantes de se estabelecer um consenso sobre os fatores que levaram à ruptura do processo constitucional democrático e suas consequências, ainda hoje, são marcadas por rancores e animosidades no espaço político, pois suas marcas permanecem fortes e as cicatrizes ainda continuam abertas entre os partidários do Estado autoritário e os que se opuseram a esse modelo ditatorial.

Como instrumento de ressignificação de suas ações para justificar o golpe de 64 e até mesmo para se sustentar no poder, o regime autoritário buscou manipular e até mesmo financiar diversos veículos midiáticos. Nesse propósito, como estratégias articuladas na construção de sua memória utilizaram variados artifícios, dentre eles, a manipulação da informação para edificar uma representação positiva de suas realizações e até do esquecimento para temáticas consideradas ilegais, em termos jurídicos, ou até mesmo

impopulares para seus mandatários. O governo militar justificou a censura com o pretexto de que o papel da imprensa seria o de não só informar, mas principalmente orientar a população. Assim, na perspectiva dos agentes governamentais, a função dos meios de comunicação, tutelados pelo Estado, tornava-se essencial na construção de um país submisso aos ditames do Executivo.

Analisando as possibilidades e os impactos da memória só trazemos para a memória aquilo que desejamos lembrar e permanecer, e também o que queremos que os outros se lembrem (CANDAUI, 2011). Enquanto os detentores do poder entre 1964 a 1985 buscaram consolidar os elementos do tempo e da memória para criar uma história e uma identidade nacional ufanista a fim de perpetuar positivamente as suas marcas e ações de governo, de outra forma, os militantes de esquerda, que fizeram uma oposição ao regime ditatorial, buscam reparações e se esforçam por manter viva a memória de suas vivências da época. Há um jogo de memórias e um embate entre os representantes do regime discricionário e os que fizeram oposição e foram perseguidos no período retratado. E mesmo com o distanciamento do período ditatorial promovido pelo processo redemocratização, as feridas e os ressentimentos ainda estão fendidos. Nesse sentido, setores mais progressistas da sociedade brasileira começam a discutir a necessidade de rever a Lei da Anistia³ e a punição principalmente para os que participaram ativamente dos diversos organismos e aparelhos de repressão e tortura, sobretudo, entre o final dos anos 60 e início dos anos 70, no período mais ameaçador e sombrio dos tempos arbitrários, a partir do final de 1968 com a vigência do AI-5. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça, conforme pronuncia o mote do projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional.

O estudo da memória tem despertado o interesse de múltiplas arenas do conhecimento das ciências humanas e cada vez mais se tem a consciência de que as memórias reforçam as identidades dos grupos. Entretanto, elas também apresentam uma carga de negatividade ao sofrer violações na medida em que suas narrativas são desvirtuadas e manipuladas para falsear a história e exaltar os interesses dos regimes ditatoriais (RICOEUR, 2007). Nestes termos propostos pelo intelectual francês pode se afirmar que a produção da memória alcança um

³ A Lei nº 6.683/79, popularmente denominada de Lei da Anistia, foi implementada para reverter punições aos cidadãos brasileiros que, entre os anos de 1961 e 1979, foram considerados criminosos políticos pelo Estado ditatorial. A anistia permitiu o retorno dos exilados, o restabelecimento dos direitos políticos e a volta ao serviço de militares e funcionários da administração pública, excluídos de suas funções durante o período. Entretanto, também favoreceu os militares e os responsáveis pelas práticas de crimes de tortura. No Brasil, depois de décadas de silenciamento sobre os crimes de tortura e a localização dos desaparecidos políticos, a presidente Rousseff sancionou a Lei nº 12.528/11 instituindo a Comissão Nacional da Verdade com o propósito de esclarecer as graves violações dos direitos humanos, de forma a efetivar o direito à memória, à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

sentido de unilateralidade ao ser utilizada como recurso de manipulação com o desígnio de construir representações e imaginários positivos de suas ações para que sejam lembrados e rememorados, como é o caso daqueles saudosistas que ainda clamam pela restauração do Estado discricionário. O autor francês também distingue outros elementos circunstanciais de negatividade correspondentes à utilização da memória, a exemplo de quem sofreu traumas, como as vítimas de torturas que geralmente operam com o esquecimento para evitar essa condição de angústia, dor e sofrimento. O lembrar-se, nessa concepção, torna-se uma experiência de (re)significação, de (re)conhecimento, de (re)criação das coisas e de si. Entretanto, os crimes de tortura por agentes do Estado são marcas não ultrapassadas da memória e, enquanto tal, elas estão presentes e difíceis de serem esquecidas.

Nesse embate do jogo da preservação das memórias, em relação ao período ditatorial, há um lamento dos militares:

se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória histórica do período. [...] Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso – a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, para alguns militares, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o ‘dono’ da história (D’ARAÚJO et al., 1994: 13).

Uma sociedade em que a memória foi produzida e manipulada através de construções narrativas unilaterais, sem o diálogo democrático, como nas ditaduras, independente de sua concepção civil ou militar, tende a dificultar a consolidação da alteridade no presente e o acesso ao futuro de forma a edificar uma coletividade com bases igualitárias. Pollak (1989: 6) argumenta que

existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.

E Halbwachs (1997) compreende que na constituição da memória se relacionam as lembranças individuais e coletivas, que se retroalimentam na dinâmica das relações sociais. A reflexão sobre o significado da preservação da memória é reelaborado constantemente na contemporaneidade, seja por meio das rememorações, comemorações, monumentos, publicações na mídia ou mesmo na própria historiografia. Todavia, só é possível ressignificar

os vestígios e evocações da memória quando ela é preservada para legitimar certos interesses de grupos no decorrer do processo histórico.

Com o suporte teórico metodológico da História Política, a pesquisa, ora em andamento, procura desenvolver uma investigação que possibilite analisar as relações estabelecidas entre poder e imprensa para compreender o regime militar instaurado em 1964, bem como a recepção e a percepção da imprensa uberabense sobre o Estado autoritário, através das publicações do centenário jornal *Lavoura e Comércio*, no período compreendido entre 1964 a 1974, tendo como *locus* a cidade de Uberaba, no interior mineiro. As investigações até aqui desenvolvidas para a pesquisa baseiam-se nas abordagens que retiram a história política do isolamento acadêmico ao qual foi submetida durante praticamente todo o século XX.

O panorama no campo da historiografia, ao final do século passado, com a crise dos grandes paradigmas de abordagem, pode ser assinalado das mais distintas maneiras, mas certamente se estabelece propostas inovadoras e interdisciplinares com a contribuição das concepções pós-modernistas⁴ de antropólogos, filósofos, teóricos da literatura, linguistas e ensaístas da cultura. Seu tributo para a produção historiográfica é inegável, entretanto a análise crítica desse encontro, com toda a dimensão multifacetada e heterogênea do discurso pós-modernista, não é tarefa das mais simplificadas.

A pesquisa seguirá uma linha teórica baseada na vertente da história política renovada, pois estudar a imprensa pelo viés político pode desvelar feições importantes da sociedade, pois a mídia e seus colaboradores, ao publicar suas matérias, não se dissociam do ambiente social e nem resistem aos interesses de grupos econômicos e políticos. Nos regimes autoritários, se acentua ainda mais a manipulação da imprensa para controlar as informações e criar embaraços à liberdade de expressão para silenciar a oposição. Para Rémond (2003: 33), a história política inovou-se ao perder seu caráter elitista e se reabilitou quando os historiadores do político passaram a pesquisar a inserção das classes populares no jogo político. Na perspectiva de Pujol, ao valorizar as reflexões do homem através das suas ações,

⁴ Com o advento da modernidade, como difundiam os iluministas, a felicidade alcançaria a humanidade através do progresso, da ciência e da razão, ou como divulgavam os marxistas, por meio de uma revolução que acabaria com as desigualdades sociais. Esses grandes modelos fracassaram em criar uma nova sociedade emancipada. A pós-modernidade surgiu na segunda metade do século passado e se insere na falência dos grandes paradigmas da modernidade, na crise das metanarrativas e todas as suas assertivas imperativas. Lyotard (2000) expandiu o uso do conceito e a compreensão de pós-modernidade, quando argumenta que é um movimento que tem sua origem no conhecimento e no combate às metanarrativas. Na concepção de Hall (2006), em tempos pós-industriais, as sociedades contemporâneas são influenciadas cada vez mais por imagens midiáticas e pelo mundo virtual diante das inovações nas tecnologias da informação e da comunicação. Esse universo pós-moderno, repleto de signos e apelo consumista, produz incertezas que fragmentam os grandes paradigmas construídos na modernidade.

a história política transforma e organiza a sociedade e rompe com a história centrada somente nas elites ou no plano das estruturas (CAMPOS, 2011).

Nesse sentido, com os ares dessa renovação, a história política buscou contextualizar fatos, situações, momentos e, desta forma, conduzir à adoção de novos panoramas e outros ambientes. Com essa abordagem ferramental de análise, os historiadores passaram a operar com as ações dos múltiplos sujeitos na construção dessas formações sócio-históricas e se voltaram para novos problemas, novas perspectivas teóricas e novos objetos e fontes, com a introdução de novas e múltiplas temporalidades, tais como as permanências e mudanças, ligadas às durações curtas, médias e longas, e a valorização dos imaginários e representações que determinam as ações e as relações humanas diante das transformações ao longo do tempo (BERSTEIN, 2009).

É essencial estabelecer algumas considerações para refletir o que esta investigação visa dialogar. Ao eleger o jornal *Lavoura e Comércio* como fonte e objeto da pesquisa, entende-se que este se constituiu em manancial fundamental para a coleta de dados desse estudo, fator que permitirá o conhecimento de concepções que circulavam pelo imaginário da população local. Dessa forma, as representações presentes nas publicações do periódico permitirão abordagens mais amplas em relação ao acontecimento político, mas com a consciência de que as matérias publicadas não eram neutras. Para Baczko (1984), os meios de comunicação difundem ideias, opiniões e conceitos de um determinado segmento social e legitimam seu discurso de poder, de acordo com os seus interesses.

A busca por respostas em relação à influência e intervenções do regime ditatorial na sociedade brasileira, sobretudo na política e na cultura, levou-nos a pesquisar, ainda no Mestrado, as ingerências que buscaram silenciar os professores e o movimento estudantil na cidade de Uberaba. A partir dessa experiência surgiram novas indagações, principalmente no que se refere à atuação dos meios de comunicação, seja como resistência ou reproduzidor dos ideais do Estado de exceção. Como possibilidade de reflexão, analisaremos as publicações de artigos, notícias colunas, editoriais e o espaço dado às questões políticas para identificar as opiniões e posições políticas que eram divulgadas pelo jornal *Lavoura e Comércio*, um periódico vespertino, que nos anos 60 e 70 era o principal veículo de imprensa escrita de Uberaba. Na época, o diário uberabense inseria-se na dimensão do espaço político e sociocultural da comunidade para ser lido e, ao mesmo tempo, influenciar e ser influenciado pela sociedade em sua área de abrangência, o Triângulo Mineiro. Nesse sentido, percorreremos suas páginas para entender quais opiniões e posicionamentos políticos eram lidos pela população e como as matérias eram abordadas e recebidas pelos leitores. Essa

análise das publicações se faz pertinente após considerarmos a opinião de Berstein (1998), quando afirma que a mídia é um vetor, mas não o único, de disseminação das culturas políticas e de difusão de representações do meio em que está inserido.

O jornal *Lavoura e Comércio*, fundado em 06 de julho de 1899, no final do século XIX, era propriedade de uma associação, o Club da Lavoura e Comércio, e no seu editorial assinado por diretor Garcia Adjuto, defendia o latifúndio e evidenciava a sua simpatia pela república, mas ao mesmo tempo explanava ser apertidário e imparcial, como se isso fosse possível, e demonstrava ainda a insatisfação dos ruralistas insatisfeitos com os tributos territoriais cobrados pelo governo mineiro. Em sua edição nº 1, o editorial afirmava:

Seremos, certamente, políticos no bom e genuíno sentido da palavra, mas não partidários, ou subordinados às vistas de determinado agrupamento político. Em política hipotecamos o nosso apoio às instituições republicanas [...] pela profunda convicção [...] de ser a única forma de governo compatível com a evolução da civilização. [...] Espectadores atentos dos acontecimentos, dos atos daqueles que enfeixam em suas mãos os destinos do Estado e da Nação, os assistiremos, com a crítica indispensável que, se embeber-se em tintas severas terá a vantagem da imparcialidade. [...] Da lavoura, porque lhe é impossível com as dificuldades atuais suportar mais este encargo, cujo principal, senão exclusivo fim, é forçar a constituição da pequena propriedade pelo parcelamento do solo, e ninguém pode ignorar que este seja o pensamento governamental (ADJUTO, 1899:1).

Posteriormente, a propriedade do jornal passou para a família Jardim e no século XX, o jornal transformou-se em referência para a imprensa do interior mineiro e tornou-se expressão longeva, não só dos latifundiários, mas de toda a elite do Triângulo Mineiro. Seu mote “Se o Lavoura não deu, em Uberaba não aconteceu”, silenciou-se em 2003, e nem sua sede, um casarão localizado na Rua Vigário Silva, no centro da cidade, existe mais. O tradicional vespertino era até então o mais antigo jornal mineiro e o terceiro mais antigo do país, em circulação, mas sucumbiu diante da crise econômica, das dívidas trabalhistas e também pela não modernização de seu parque gráfico e da própria concorrência diante dos novos tempos. Atualmente todo o seu rico acervo, de posse do Arquivo Público de Uberaba, passa por um processo de digitalização.

Na arena da história da cidade, ainda são escassas em Uberaba as pesquisas, abrangendo a temática aqui aventada, ou seja, a relação entre o regime ditatorial e a imprensa uberabense e as repercussões do modelo autoritário no âmbito local. A pesquisa atual buscará captar se ocorreu a adesão ou resistência por parte da imprensa escrita uberabense, concomitante ao pluralismo de conflitos, subversões, resistências e também, colaboracionismo, que de uma forma ou de outra, interferiram na atuação da mídia diante do

Estado autoritário. Nesse sentido, o trabalho tentará compreender a percepção e intencionalidades nas publicações da imprensa escrita local diante da conjuntura que se impôs, quando se estabeleceu e se consolidou o regime de exceção.

Quanto às relações entre o governo ditatorial de 64 e as publicações do periódico, que é a área de interesse da pesquisa, pouco após a implantação do golpe militar, o então jornal de maior circulação na cidade, publicava em manchete de 03/04/1964: “A família católica de Uberaba agradecerá hoje, em grande missa campal, a ser realizada na Praça Rui Barbosa, às 19h30min, o restabelecimento da ordem e a vitória sem derramamento de sangue, dos princípios da liberdade na Pátria brasileira” (PAULA, 2007: 95). E no mesmo dia, a coluna *Escutando e Divulgando*, saudava o fechamento da UNE no Rio de Janeiro, e ao mesmo tempo elogiava a atuação dos Governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais e Carlos Lacerda, do então estado da Guanabara:

Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, dois autênticos democratas, dois grandes líderes, que merecem a admiração e o respeito de todos nós brasileiros. Já não existe a UNE comunizada. Os estudantes de todo o Brasil tem agora uma instituição democratizada, com a limpeza feita naquela associação feita na tarde de ontem. Desesperados com a vitória da democracia, estudantes esquerdistas incendiaram a sede de sua entidade (PAULA, 2007: 107).

Na edição de 01/04/1964, na coluna *Escutando e Divulgando* do Lavoura e Comércio, o jornal elogiou de forma entusiasta a atuação do Governador de Minas Gerais, o udenista Magalhães Pinto, proprietário do Banco Nacional e um dos articuladores do golpe militar:

[...] Na defesa do regime democrático, as Forças Armadas não traíram suas tradições. Compreenderam perfeitamente que chegou a hora de desempenhar seu papel histórico, mais uma vez, libertando o País do jugo vermelho que se pretende impor ao Brasil cristão. Esta hora dramática do Brasil, pode transformar-se na mais retumbante demonstração de vigor da democracia. Em Uberaba, a situação é de absoluta calma e ordem (PAULA, 2007: 96).

Na concepção do jornalista Luiz Gonzaga de Oliveira, apesar do apoio do periódico e da administração local e estadual, a quartelada de 64, atrasou o desenvolvimento da cidade em benefício da vizinha Uberlândia. E ainda afirmou que “os ‘dedo-duros’, do menor ao mais alto escalão da cidade, vibraram com o clima de terror que havia se implantado no meio jornalístico e eclesiástico” (OLIVEIRA, 2011: 7). Entretanto, ao mesmo tempo em que os setores conservadores apoiaram o golpe e o Lavoura saudava de forma entusiasta à quartelada de 64, “a reação contrária ao golpe militar, embora de forma mais velada também ocorreu e um dos focos de resistência eram os estudantes, professores e religiosos dominicanos da FISTA identificados com a Juventude Universitária Católica” (PAULA, 2007: 23).

Para o entendimento sobre a história da imprensa no Brasil e o uso dos jornais como objeto e fonte de estudo contribuíram as leituras das obras de Capelato: “Imprensa e História do Brasil” e o artigo de Silva e Franco “Imprensa e História política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal na pesquisa histórica”. Em Kushinir “Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988” e o artigo de Flávia Biroli: “Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004”, foram essenciais para compreender o uso da imprensa na pesquisa e as intrincadas relações de colaboracionismo entre a mídia e o poder ditatorial.

Para apreender a crise do governo Jango e a ascensão do regime militar, diante de vasta bibliografia, dialogamos com a obra de Aarão Reis, Ridenti e Motta, “A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964”, quando afirmam que a crise econômica e o avanço político-ideológico das classes trabalhadoras e populares passavam a ser encarados pela elite brasileira como realidades sociais inaceitáveis. Essencial também, as contribuições de “O populismo e sua história: debate e crítica”, especialmente os textos de Jorge Ferreira, Angela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis Filho, para entender os fatores que levaram um período tão intenso de efervescência política, as décadas de 50 e 60 no Brasil, a ser substituído por um regime de exceção a partir de 1964. Além de “A invenção do Trabalhismo” de Angela de Castro Gomes que trata da complexidade da temática e os novos caminhos propostos para a análise do Populismo e do Trabalhismo. As benesses materiais implementadas pelos governantes foram conquistadas pelos operários e não somente dadas pelo Estado benfeitor e generoso para legitimar-se diante do proletariado: “[...] os ‘benefícios’ serão ‘recebidos’ e interpretados pela classe trabalhadora, que os apreenderá e os manejará segundo os termos de suas possibilidades e vivências” (GOMES, 2001, p. 48). Nesses termos, o pacto trabalhista não foi uma manipulação política sobre as classes populares amorfas e alienadas, mas uma conjugação intrincada e bem elaborada capaz de conjugar interesses e lutas entre agentes políticos díspares, envolvendo padrões, trabalhadores e Estado, representando negociação, reciprocidade e, na qual as classes populares estiveram presentes de forma ativa e decisiva nas conquistas sociais e econômicas de forma a melhorar suas condições de existência.

Em “Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988”, Aarão Reis argumenta sobre o papel da sociedade civil no regime instaurado em 1964, uma incômoda e contraditória memória que ocultou as complexas e profundas relações entre o regime de 1964 e a sociedade brasileira. Aarão sustenta que o apoio de muitos setores da sociedade foi forte o suficiente para sustentar a ditadura não apenas pela força bruta.

As compreensões de Carlos Fico: “Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar” ao dar enfoque à conturbada conjuntura no início dos anos 1960, contribuíram para alargar as reflexões acerca dos acontecimentos desencadeadores do golpe.

Entre 1945 a 1964, ocorreu a expansão da democracia no Brasil e corroborando com esse pensamento, em “Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)”, Maria Campello de Souza reforça a concepção de que o crescimento da participação popular nos movimentos sociais e as exigências de ampliação dos direitos sociais também foram fatores do golpe, quando afirma que as classes conservadoras e seus partidos políticos, começaram a perder a hegemonia política com a ascensão de novos setores urbanos no embate político.

Marcos Napolitano, em “1964: História do Regime Militar Brasileiro”, traz uma síntese do período de 21 anos em que os militares, junto com seus aliados civis, definiram os rumos do país. O texto contempla o governo Jango, o regime militar e o período pós-redemocratização. Trata-se de uma obra de história sociopolítica e cultural, mas que também aborda as questões econômicas, com ênfase no período do “milagre brasileiro”, que foram essenciais para a construção do regime militar. Assim, o golpe civil-militar, em 1964, não deve ser analisado exclusivamente pelo viés econômico, mas sem esquecer as disputas políticas, os interesses individuais e coletivos, as representações, os partidos políticos, da mídia, os acordos feitos nos centros de poder, enfim aquilo que remete ao político.

As obras relacionadas que fundamentarão a pesquisa procuram estabelecer um amplo diálogo interdisciplinar de forma a produzir uma base de sustentação teórico-metodológica que possa dar conta das novas demandas interpretativas.

Em síntese, este trabalho buscará responder à seguinte problematização: No período pesquisado (1964-1974), as publicações do *Lavoura e Comércio* configuraram-se como foco de resistência velada, aberta ou atuaram como difusor da legitimidade do regime militar? Para responder ao problema, a pesquisa partirá da seguinte hipótese que guiará a condução da investigação: De um modo geral, sob censura, o jornal *Lavoura e Comércio* atuou como difusor e legitimador do regime militar, embora, excepcionalmente, tenha havido resistência por parte de alguns jornalistas pertencentes aos citado periódico uberabense. O resgate histórico do legado do centenário jornal *Lavoura e Comércio* constituirá um tributo proeminente para a memória e a história do Triângulo Mineiro, considerando que as publicações desse periódico são relevantes para a compreensão do contexto sociopolítico, econômico e cultural do interior mineiro.

Os materiais que estão sendo analisados para esta pesquisa, como fontes primárias – o jornal *Lavoura e Comércio* – não só possibilitarão uma análise da história uberabense, com

recorte temporal entre os anos de 1964 a 1974, mas também dos acontecimentos nacionais e internacionais sob a ótica dos jornalistas locais, bem como as investidas do regime militar com a finalidade de impor a ordem e conter as ameaças da oposição. Entretanto, há que considerar que o governo autoritário não se estabeleceu somente através da imposição, da força e da coação, mas também através de um discurso legitimador, nos termos de Baczko (1984: 310), “todo o poder tem de se impor não só como poderoso, mas também como legítimo”. Dessa forma desejamos re(construir) algumas visões sobre a história da cidade, tendo como ponto de partida a derrubada do presidente João Goulart.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADJUTO, A. Garcia. Nosso Programa. *Lavoura e Comércio*, 06 jul. 1899. Editorial, p. 1. Arquivo Público de Uberaba.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. vol.1. *Memória e História*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, p. 296-331.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e a construção de uma memória para sua História. In: BRAGANÇA, Aníbal & MOREIRA, Sônia Virgínia (org). *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005, p. 102-111.

BENITES. Sonia Aparecida Lopes. *Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico*. São Paulo: Arte e Ciência, 2002.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

_____, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al., (orgs.) *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41: p.269-291, jan/jun 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v25n41/v25n41a14.pdf>> Acesso em: 02 out. 2013.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CAMPOS, Carlos E. C. A renovação da história política através de Xavier Gil Pujol. *Nearco*, Rio de Janeiro, n. 2, p.174-180, 2011. Disponível em: <<http://www.nea.uerj.br/nearco/arquivos/numero8/12.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2013.

- CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto – EDUSP, 1988.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo História e análise de textos. In: _____ (orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 536-567.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- D'ARAÚJO, Maria Celina et al. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a Repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ELIAS, Norbert. *Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-124.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- _____, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET et al. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-44.
- _____, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil. In FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-57.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Édition critique établie par Gérard Namer. Paris: PUF, 1997.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KUSHINIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LACERDA FILHO, Mozart. *Os caminhos, as pessoas, as ideias: a trajetória política de Gildo Macedo Lacerda, sua rede de sociabilidades e sua geração*. 166f. 2006. Dissertação (Mestrado) UNESP - Departamento de História da Unesp. Franca, 2006.

LYOTARD, Jean François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Gonzaga de. *Memória, História & Causos de Uberaba bão*. Uberaba: Franciscan Artes Gráficas, 2011.

PAULA, Eustáquio Donizeti de. *O regime militar (1964 – 1980) e o movimento de resistência dos professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba – MG*. 205f. 2007. Dissertação (Mestrado) - UNIUBE. Uberaba, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). *A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

SILVA, Márcia P. da; FRANCO, G. Y. Imprensa e História política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal na pesquisa histórica. *Revista eletrônica história em reflexão (UFGD)*, v. 4, p. 1-11, 2010. Disponível em: <www.periodicos.ufgd.edu.br> Acesso em: 09 set. 2013.

SOUZA, M. C. Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil–1930 a 1964*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.